

Incluir taxaço de super-ricos em comunicado do G20 é conquista moral, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) comemorou nesta quinta-feira (25) a inclusão da proposta de taxaço de super-ricos no comunicado do G20 e classificou a aprovação de uma declaração sobre tributação internacional como uma “conquista moral”.

O chefe da equipe econômica reconheceu, contudo, que o avanço desse tipo de proposição na agenda global tem avanço “relativamente lento”, citando o chamado pilar 1 da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), relativo à taxaço a grandes multinacionais, que está em discussão há quase uma década nos fóruns mundiais.

“É uma conquista de na-

tureza moral, antes de mais nada. Buscar justiça tributária, evitar a evasão fiscal, reconhecer que existem procedimentos e práticas inaceitáveis num mundo com tanta desigualdade, com tantos desafios, e buscar reparar essa injustiça se debruçando sobre um assunto que, a julgar pela manifestação de 20 países, os mais ricos do mundo, esse tema é importante, eu não penso que isso seja pouco”, afirmou.

Haddad admitiu que houve resistência em alguns pontos por parte dos negociadores, mas disse ter ficado satisfeito com o apoio recebido pelo Brasil. Ele afirmou ainda que houve um reconhecimento de que é preciso avançar na questão tributária em todo o mundo.

“Obviamente que há preocupações e ressalvas, há preferências por outras soluções, mas ao final todos concordamos que era necessário fazer constar essa proposta, como uma proposta que merece a atenção devida e a mobilização dos organismos internacionais e do próprio G20 para que, mesmo quando o Brasil deixar a presidência, esse tema não perca centralidade, esteja na agenda econômica da tributação internacional.” A partir de dezembro, o G20 será presidido pela África do Sul. De acordo com Haddad, o documento dedicado exclusivamente à discussão tributária e o comunicado mais amplo sobre diversos aspectos da economia global serão publicados simultaneamente nesta sexta-feira (26). Folhapress



Economia



Inflação medida pelo IPCA-15 desacelera para 0,30%, mas fica acima das expectativas *Página - 03*

Política

Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad *Página - 04*

Governo tem apenas R\$ 65 bi de espaço para cortar, e ministros disputam para ficar de fora *Página - 04*

Arrecadação no primeiro semestre teve aumento de 9,08%

Página - 03



Futebol: seleção feminina faz 1 a 0 na Nigéria na estreia da Olimpíada

Página - 05



Torcida reúne-se em fanfest para acompanhar brasileiros na Olimpíada

Página - 05



No Mundo

Precisamos cortar os EUA como intermediários de Brasil e Rússia, diz vice-ministro russo



A frente do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) neste ano, uma das prioridades da Rússia é a união dos sistemas financeiros do bloco, para que sejam independentes do mercado financeiro e de capitais dos Estados Unidos, o que, segundo o país, iria baratear e facilitar o negócio entre os membros.

“Brasil, China, Rússia, Índia são alguns dos maiores produtores e consumidores de grãos, cujo preço é determinado na Bolsa de Chicago, que ganha muito dinheiro como intermediária. Então, é claro que faz sentido para nós cortar os intermediários e fazer a negociação entre nós”, diz Ivan Chebeskov, vice-ministro das Finanças da Rússia,

em entrevista à reportagem. “Aquele que possui a infraestrutura sempre ganha, o que não é exatamente justo para nós, para os países do Sul Global. Devemos nos beneficiar também dessa infraestrutura financeira”, completou Chebeskov, que está no Rio de Janeiro chefiando a delegação russa durante as reuniões do G20.

O vice-ministro não quis especificar qual a visão dos demais participantes do Brics sobre a proposta, mas disse que há apoio dentro do bloco.

“Muitas das nossas discussões são confidenciais. Mas, alguns países estão prontos para participar do projeto-piloto, e outros ainda estão dizendo ‘bem, é uma boa ideia. Vocês fazem o piloto. Eu vou olhar e en-

tão tomar uma decisão.”

De acordo com Chebeskov, estão em estudos iniciais um sistema de pagamento mútuo, que combinaria os mercados financeiros de países parceiros da Rússia, e a implementação de um sistema de seguro e resseguros que atenderia os países do Brics.

“Essas sugestões precisam de muito trabalho. Em geral, estamos tendo uma recepção muito boa de nossos parceiros de que este é o caminho a seguir. Não é algo que amanhã teremos implementado, mas é algo em que precisamos trabalhar, porque precisamos defender nossos interesses. Precisamos fazer o que é benéfico para nós, para nossas economias e para nosso povo”, afirmou o vice-ministro.

Júlia Moura/Folhapress

Kamala critica manifestantes pró-Palestina que queimaram bandeira dos EUA

A vice-presidente Kamala Harris, possível candidata democrata às eleições americanas em novembro, criticou manifestantes que queimaram a bandeira dos Estados Unidos em um ato pró-Palestina na quarta-feira (24). Kamala classificou a manifestação como retórica alimentada pelo ódio. “Condeno qualquer indivíduo associado à brutal organização terrorista Hamas, que jurou aniquilar o Estado de Israel e matar judeus. Grafites e retórica pró-Hamas são abomináveis”, avaliou.

Na sequência, ela disse ser a favor do protesto pacífico, mas criticou o ato da queima da bandeira americana. “Eu apoio o direito de protestar pacificamente, mas sejamos claros: antissemitismo, ódio e violência de qualquer

tipo não têm lugar em nossa nação”, destacou.

A polícia prendeu cinco pessoas que protestavam nos corredores do Congresso americano, em Washington (EUA), durante o discurso do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, na quarta-feira (24). “Cinco pessoas na galeria acabaram de interromper o discurso durante a Reunião Conjunta. Todos eles foram imediatamente retirados da galeria e presos. Perturbar o Congresso e manifestar-se nos edifícios do Congresso é ilegal”, diz a publicação.

Manifestantes pró-Palestina entraram em confronto com a polícia do lado de fora do Capitólio. Eles se envolveram em um confronto com agentes enquanto tentavam ultrapassar a barreira policial.

Folhapress



Opositor pede que militares garantam ‘vontade do povo’ nas eleições da Venezuela



A menos de três dias de eleições presidenciais na Venezuela, o nome da oposição, Edmundo González, pediu que os militares ajudem a assegurar um processo democrático e confirmou que seu plano de governo só seria apresentado pós-votação, algo atípico.

“Confiamos que nossas Forças Armadas façam a vontade do nosso povo ser respeitada”, disse ele logo no início de seu discurso a jornalistas internacionais durante encontro na capital, Caracas.

A frase chama a atenção em especial num país como a Venezuela, onde a era chavista, nos últimos 25 anos, pregou

uma “união cívico-radical”.

O candidato estava acompanhado de María Corina Machado, a líder opositora que foi inabilitada para concorrer a cargos públicos mas mobiliza multidões pelo país. Questionada sobre a possibilidade de privatização da PDVSA, a gigante de petróleo venezuelana que voltou a ser estatizada ainda antes do período chavista, ela indicou que esse é o plano.

Ainda assim, não esclareceu em qual modelo se daria. “Para que a Venezuela possa aproveitar seu potencial energético, precisamos investimentos gigantes. Ninguém se nega à abertura e à chegada de investimentos privados”,

disse a ex-deputada nacional.

González até o momento não apresentou seu plano de governo, algo atípico para um processo eleitoral que em poucos dias se finaliza. Por ora, então, todos se baseiam no antigo plano de María Corina, que diz expressamente que quase todo o serviço público seria privatizado.

Em resposta a pergunta da reportagem, a dupla também disse lamentar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil tenha desistido de enviar seus dois observadores após Maduro afirmar, sem provas, que as eleições brasileiras não são auditadas enquanto ele participava de um comício.

Mayara Paixão/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Inflação medida pelo IPCA-15 desacelera para 0,30%, mas fica acima das expectativas



O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) registrou nova desaceleração em julho, para 0,30%, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (25) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em junho, a inflação foi de 0,39%.

O resultado, porém, ficou acima das expectativas do mercado. A mediana das estimativas levantadas pela Bloomberg junto aos analistas apontava para uma inflação de 0,23% na comparação mensal.

No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA-15 teve alta de 4,45% em julho, enquanto o mercado esperava uma taxa de 4,38% no período.

do. Em junho, o índice ficou em 4,06% nesse recorte de tempo.

Por ser publicado antes, o IPCA-15 sinaliza uma tendência para a contagem oficial de preços do país.

Os preços do grupo alimentação e bebidas ajudaram a dar um alívio ao índice em julho, com recuo de 0,44%, após oito meses consecutivos de alta.

Em contrapartida, transportes tiveram o maior peso no mês, com alta de 1,12%, em boa parte devido às passagens aéreas, que voltaram a subir. No grupo de habitação, a conta de luz também colaborou para a alta do índice devido ao retorno da bandeira amarela. Também aferido pelo IBGE, o IPCA-15 se

difere da inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA, devido ao período de coleta, que ocorre entre a segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência da divulgação.

O IPCA, por sua vez, é baseado em dados levantados apenas no mês de referência, e será divulgado no dia 9 de agosto. Por isso, o resultado fechado de julho ainda não aparece completamente na coleta do IPCA-15.

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, 7 tiveram alta no mês de julho. No grupo de transportes, as passagens aéreas voltaram a subir (19,21%), contribuindo com 0,12 ponto percentual no índice.

Atéfanie Rigamonti/Folhapress

Emprego no comércio levou 3 anos para retomar nível pré-pandemia

As empresas do setor de comércio no Brasil precisaram de 3 anos para retomar o nível de emprego pré-pandemia da covid-19. A constatação está na Pesquisa Anual de Comércio, divulgada nesta quinta-feira (25), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento traz dados de 2022, quando o comércio brasileiro empregou 10,3 milhões de pessoas. Esse número supera em 157,3 mil o contingente de 2019, último ano antes da pandemia surgir. O ponto máximo da série iniciada em 2007 é 10,6 milhões, em 2014.

“Estamos longe do valor da máxima histórica, mas houve crescimento, depois de 2020, em todos os anos, aumento do número de pessoas ocupadas”, avalia o pesquisador do IBGE Marcelo Miranda Freire Melo.

A pesquisa é feita com empresas de 22 setores de três grandes segmentos: comércio varejista, comércio por atacado e comércio de veículos, peças e motocicletas.

O instituto explica que a diferença entre varejo e atacado é o destino da venda. No varejo, a finalidade é o uso pessoal e doméstico; enquanto no atacado, outras empresas e órgãos da administração pública.

O comércio varejista é o carro-chefe na ocupação de trabalhadores, com 7,6 milhões de empregos em 2022. O atacado responde por 1,9 milhão, o maior da série histórica, e o comércio de veículos automotores, peças e motocicletas emprega 846,2 mil.

O segmento que mais emprega individualmente é o de hiper e supermercados, com 14,8% dos ocupados, o que equivale a 1,5 milhão de pessoas.

Bruno de Freitas Moura/ABR



Arrecadação no primeiro semestre teve aumento de 9,08%



A arrecadação do governo federal apresentou um aumento real, descontada a inflação, de 9,08%, no primeiro semestre de 2024, informou ontem (25) a Receita Federal. No período, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 1,289 trilhão.

Em junho, a arrecadação total das Receitas Federais atingiu, o valor de R\$ 208,8 bilhões, registrando acréscimo real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 11,02% em relação a junho de 2023.

Quanto às Receitas Administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado no período acumulado de janeiro a junho de 2024, alcançou

R\$ 1,235 trilhão, registrando acréscimo real de 8,93%. Em junho, a arrecadação ficou em pouco mais de R\$ 200 bilhões, representando um acréscimo real (IPCA) de 9,97%.

Segundo a Receita, o acréscimo observado no período pode ser explicado pelo bom desempenho da atividade econômica, em especial da produção industrial, da venda de bens e serviços e do aumento da massa salarial.

Também contribuiu para o aumento da arrecadação da Cofins e Pis/Pasep, que registrou crescimento real de 18,79%. Entre janeiro e junho, o PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R\$ 256,2 bilhões.

Além da retomada da tributação sobre os combustíveis e da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos dessas contribuições, o resultado foi puxado pelo aumento real de 3,85% no volume de vendas e de 1,39% no volume de serviços entre dezembro de 2023 e maio de 2024, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2022 e maio de 2023.

Outro destaque foi o crescimento real de 20,59% da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Capital, decorrente da tributação dos fundos exclusivos. Entre janeiro e junho a arrecadação do tributo foi de R\$ 72,9 bilhões.

Luciano Nascimento/ABR

Política

Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou em entrevista à GloboNews, na noite de quarta-feira (24), as propostas que serão apresentadas ao presidente Lula (PT) no debate sobre a segunda etapa da reforma tributária, no segundo semestre deste ano.

Segundo ele, as propostas, agora sobre renda, terão dois caminhos: ampliar o teto de isenção do Imposto de Renda ou reduzir a alíquota de consumo.

“Vamos entregar alguns cenários de como vemos a oportunidade de fazer a reforma para melhorar a distribuição da renda e, se possível, promover ou o aumento das taxas de isenção ou uma di-

minuição da alíquota do imposto sobre consumo”, disse.

Segundo ele, a tarefa do Ministério da Fazenda é lutar por princípios gerais adequados e modernos, “à maneira como os países desenvolvidos fazem”.

Ele citou também a criação da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, com técnicos que fazem as contas para que deputados e senadores possam tomar decisões a partir de cálculos validados pelo TCU.

“Isso vai estabelecer parâmetros que fazem com que a decisão política se torne mais segura”, afirmou.

Sobre o orçamento fiscal para 2025, o ministro voltou a falar sobre a dívida de R\$ 200 bilhões deixada pelo go-

verno anterior. Disse também que a meta de alcançar o déficit zero este ano não foi alcançada porque o Congresso não aprovou o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores e de municípios e do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos).

“Se a Medida Provisória que encaminhamos ano passado tivesse sido aprovada na íntegra, eu diria com grau elevado de confiança que iríamos atingir o objetivo de equalizar as contas primárias”, opinou.

Haddad disse que é legítimo o debate sobre as regras atuais de vinculação orçamentária e reforçou que existem muitos estudos técnicos do governo em torno disso.

Cristina Camargo/Folhapress

Governo tem apenas R\$ 65 bi de espaço para cortar, e ministros disputam para ficar de fora



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conta com um espaço de apenas R\$ 65 bilhões no orçamento deste ano para fazer o corte de R\$ 15 bilhões de despesas, segundo dados obtidos pela reportagem.

Com quase oito meses do ano já transcorridos, os ministros já empenharam boa parte das despesas, o que tem dificultado o trabalho de definição do tamanho da tesourada em cada pasta. O empenho é o estágio em que o governo se compromete com o pagamento de determinada despesa.

O clima é de apreensão e “guerra” de influência política nos bastidores da Esplanada

Bolsonaro cita Trump e insinua que Lula e STF querem facilitar seu assassinato

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) insinuou, nesta quinta-feira (25), que o presidente Lula (PT) e o STF querem facilitar seu assassinato. A declaração ocorreu durante um comício em Caxias do Sul (RS), ao mencionar o atentado contra Donald Trump.

Bolsonaro alegou que Lula teria tirado dele dois carros blindados a lei, no entanto, não prevê a disponibilização, por parte da Presidência da República, de automóveis blindados para ex-presidentes, apenas carros.

Além disso, ele disse que, por medidas cautelares, quatro assessores que trabalhavam em sua segurança foram retirados. Procurada, a Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência) afirmou, no entanto, que Bolsonaro faz uso das nomeações de servidores a que tem direito e dos dois carros, ainda que não sejam blindados.

A Secom afirmou ainda que medidas cautelares são de responsabilidade do Judiciário e que “Bolsonaro não tem nenhum direito extra àqueles previstos na legis-

lação”. A Presidência não comentou a acusação do ex-presidente.

Também procurado, o STF não se manifestou sobre as declarações. Assessores que atuavam para o ex-mandatário foram alvo de medidas cautelares do Supremo no âmbito de investigações na corte, impedindo que os investigados, o que inclui Bolsonaro, pudessem se comunicar.

Após questionar o que teria ocorrido nos Estados Unidos e por que o Serviço Secreto teria sido tão negligente, ele fez uma comparação com o que seria sua situação.

“No meu caso, quando voltei para o Brasil, pela Presidência, tinha direito a dois carros. Lula pessoalmente me tirou os dois carros blindados. Tenho direito a oito funcionários. Os quatro que trabalhavam na minha segurança, por medidas cautelares, me tiraram os quatro que trabalhavam na minha segurança. Até o meu filho, o ‘02’ [Carlos Bolsonaro], ao tentar renovar seu porte de arma, foi negado pela PF”, disse Bolsonaro, em cima de um carro de som.

Marianna Holanda/Folhapress

dos Ministérios para diminuir o impacto do corte, segundo relatos obtidos pela reportagem nos últimos dois dias.

Faltando menos de uma semana para o anúncio da divisão do corte, na próxima terça-feira (30), o espaço orçamentário restrito ampliou a disputa entre os ministérios.

O valor de R\$ 65 bilhões é o total de despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias) que ainda não foram empenhadas e, portanto, onde o corte pode recair. Esse espaço pode diminuir nos próximos dias porque os ministérios estão correndo para empenhar despesas e fugir do corte.

Ministros têm procurado integrantes da equipe econômica e auxiliares do presiden-

te Lula na tentativa de mostrar a importância dos seus investimentos para o desempenho positivo do governo.

Na semana passada, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, buscou diretamente o chefe do Executivo e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Casa Civil, Rui Costa, para evitar o corte na sua pasta. Monteiro já teve três reuniões sobre o assunto.

O ministro da Defesa tem usado a justificativa de que o orçamento militar vem sendo alvo de cortes drásticos nos últimos 10 anos. Nas conversas, ele apontou ao presidente Lula e ministros as consequências para o trabalho das Forças Armadas de um congelamento de despesas.

Adriana Fernandes/Folhapress

Olimpíadas Paris 2024

Futebol: seleção feminina faz 1 a 0 na Nigéria na estreia da Olimpíada



A estreia do Brasil no futebol feminino nos Jogos Olímpicos de Paris foi com o pé direito. A seleção comandada por Arthur Elias derrotou a Nigéria por 1 a 0, nesta quinta-feira (25), em Bordeaux. O gol foi marcado por Gabi Nunes, no primeiro tempo. Com o resultado, a equipe soma três pontos e se iguala à Espanha no topo da classificação do grupo C. As espanholas derrotaram o Japão - próximo adversário do Brasil - por 2 a 1. A seleção brasileira enfrenta a asiática ao meio-dia (horário de Brasília) de domingo (28), no Estádio Parc des Princes, em Paris).

O primeiro tempo começou com as nigerianas mais incisivas. Aos 15 minutos, a goleira Lorena faz duas gran-

des defesas em sequência. Primeiro, em finalização à queima-roupa de Ihezuo na pequena área. Na continuação, Ucheibe arriscou de fora da área e a arqueira brasileira fez nova intervenção, colocando para escanteio. Na cobrança, Demehin cabeceou por cima do gol.

Na reta final da primeira etapa, o Brasil conseguiu se encontrar na partida e foi letal. Aos 35, Marta chegou a balançar as redes mas o gol foi anulado por impedimento de Gabi Portilho, que havia cruzado rasteiro para a finalização da camisa 10. No entanto, no minuto seguinte, não houve dúvida: a rainha encontrou passe incrível para a infiltração de Gabi Nunes pela direita. A atacante dominou e fuzilou com a perna direita, acertando o ângulo

esquerdo da goleira Nnadozie e marcando um golaço. Brasil 1 a 0. No segundo tempo, o Brasil desperdiçou uma série de chances de ampliar o placar e garantir uma vitória tranquila. Aos 16, uma tentativa de cruzamento de Marta pela esquerda encobriu a goleira adversária e acertou a trave. Pouco depois, após bola levantada pela direita, Ludmila cabeceou com ângulo fechado e Nnadozie desviou para fora.

A seleção rondou a área nigeriana por várias vezes, porém sem conseguir criar efetivamente. A segurança defensiva permitiu que o triunfo fosse confirmado sem maiores sustos. O Brasil se prepara agora para encarar o Japão, no domingo (28), ao meio-dia, no Parque dos Príncipes, em Paris. Igor Santos/ABR

Torcida reúne-se em fanfest para acompanhar brasileiros na Olimpíada



Os Jogos Olímpicos de Paris serão abertos oficialmente nesta sexta-feira (26), mas, em algumas modalidades, como futebol e handebol, a competição já começou. Os atletas brasileiros entraram hoje de manhã na disputa, com a vitória da seleção feminina de handebol sobre a da Espanha e a apresentação dos atiradores de tiro com arco.

Agora à tarde, o Brasil volta a entrar em cena com o futebol feminino. Liderada pela Rainha Marta, a seleção feminina enfrenta a Nigéria. Para acompanhar o jogo, muitos torcedores se juntaram na Fanfest, um espaço que foi montado no Parque Villa-Lobos, na capital paulista. Inaugurada no último

Handebol: Brasil estreia em Paris com vitória impecável contra Espanha

A seleção brasileira feminina de handebol fez uma estreia impecável na Olimpíada de Paris nesta quinta-feira (25) ao derrotar a Espanha por 29 a 18, na Arena 6 do Complexo Esportivo Paris, pelo Grupo B. É a primeira vitória sobre as rivais em 10 anos - a última foi em um torneio internacional na casa das adversárias. O triunfo de estreia teve como protagonista: a goleira Gabi Moreschi, estreante em Jogos, que fez incríveis 14 defesas em 31 arremessos das espanholas (aproveitamento geral de 47% quando a média costuma ser de 30%).

As maiores pontuadoras no jogo de ontem foram Bruna de Paula e Patrícia, com seis gols cada. A seleção volta à quadra contra a Hungria, no domingo (28), às 4h (horário de Brasília). A seleção está no "grupo da morte", considerado o mais difícil da competição. Terá ainda pela frente a França, atual campeã

olímpica e mundial, e a Holanda, campeã mundial em 2021. O último jogo da fase de grupos será contra Angola. Na Chave A estão Noruega, Alemanha, Eslovênia, Suécia, Dinamarca, República da Coreia do Sul.

As brasileiras, comandadas pelo técnico Cristiano Rocha, dominaram a partida desde o início. A defesa bem fechada não deu espaço para a Espanha jogar, e facilitou o ataque brasileiro. Destaque para Bruna de Paula, Larissa, Tamires e Patrícia que anotaram três gols cada, ajudando a seleção a abrir vantagem 15 a 10 antes do intervalo.

No segundo tempo, o Brasil não tirou o pé do acelerador. O ataque brasileiro chegou a ter 70% de aproveitamento na etapa final e seguiu liderando o marcador mantendo ao menos nove pontos a frente, até o fim da partida, com triunfo de 29 a 18. As maiores pontuadoras do jogo foram Bruna de Paula e Patrícia, com seis gols cada. ABR



sábado, esta é a primeira fanfest fora de uma cidade-sede dos Jogos.

Chamada de Festival Olímpico Parque Time Brasil, a fanfest mostrará ao vivo a participação da delegação brasileira em Paris em telões instalados no parque. A programação também contará com interação com atletas e ex-atletas, megashows e uma área gastronômica.

Uma das pessoas que decidiram vir torcer pela seleção brasileira nesta tarde ensolarada de São Paulo foi Herica Martto, de 47 anos. Acompanhada dos filhos, da irmã e dos sobrinhos, ela veio até o Parque Villa-Lobos para aumentar a torcida pela seleção.

"Eu acho esse um evento muito importante para forta-

lecer o esporte nacional, porque o esporte precisa de patrocínio, precisa de incentivo e apoio, principalmente o futebol feminino", disse Herica à Agência Brasil. "As mulheres do nosso futebol feminino ganham menos, se esforçam mais, não têm os patrocínios e os salários milionários, mas estão na Olimpíada. Elas merecem nosso apoio."

Para Herica, torcer junto com outras pessoas fortalece a participação dos atletas brasileiros em Paris. "É importante as pessoas virem para prestigiar mesmo. Muitas vezes as pessoas não conhecem as modalidades esportivas. Então, é importante conhecer, apoiar e, aqui do Brasil, mandar essa energia", afirmou.

Elaine Patricia Cruz/ABR

Associação Educadora da Infância e Juventude

CNPJ/MF nº 60.518.180/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em unidades de reais)

Balço Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		357.665.657,29	313.502.093,77	Passivo Circulante		28.974.828,83	26.948.618,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	202.182.442,34	178.144.624,26	Fornecedores	10	1.775.251,24	1.362.031,91
Aplicações Financeiras	5	142.430.593,14	125.125.627,28	Obrigações com Empregados		4.849.998,36	4.190.601,37
Anuidades a Receber	6	1.384.985,41	1.163.359,95	Encargos retidos de Terceiros		120.782,86	141.943,56
Estoque	7	571.615,30	240.092,42	Provisões	11	19.869.697,38	19.023.141,69
Outros Créditos	8	11.096.021,10	8.828.389,86	Receitas Antecipadas	12	2.141.037,92	2.141.123,69
Ativo Não Circulante		149.909.556,34	136.013.488,02	Outras Contas e Encargos a Pagar		40.742,79	39.837,69
Créditos		6.170,64	6.170,64	Outras Obrigações		177.318,28	49.938,34
Investimentos		16.904.679,38	15.084.646,65	Passivo Não Circulante		14.101,41	399.059,53
Imobilizado		132.381.150,39	120.362.991,30	Provisão Contingências		14.101,41	399.059,53
Intangível		617.555,93	559.679,43	Patrimônio Líquido		478.586.283,39	422.167.904,01
Total do Ativo		507.575.213,63	449.515.581,79	Patrimônio Social		149.326.526,75	149.326.526,75
				Ajustes de Avaliações		15.899.301,66	15.223.569,69
				Superávit/Deficit Acumulados		195.753.698,50	145.278.424,78
				(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	13	366.521,75	504.269,79
				Reservas Ajustadas Bens			
				Móveis/Imóveis	14	60.684.107,31	61.359.839,28
				Superávit do Exercício		56.556.127,42	50.475.273,72
				Total do Passivo		507.575.213,63	449.515.581,79

Demonstração do Resultado do Período				Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Receita das Atividades Continuadas	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	
Educação				Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Receita Bruta		129.733.557,14	117.780.139,34	Superávit do Exercício		56.556.127,42	50.475.273,72
Anuidades Escolares	15	124.959.309,77	113.392.804,03	Ajustes Avaliações/Depreciações		4.240.494,69	4.410.887,68
Cursos Extracurriculares		4.229.251,07	2.597.380,65	Baixa Bens Patrimoniais		(9.141,58)	(15.003,74)
Taxas e Inscrições		79.958,93	497.315,93	Provisão P/Créditos de Liquidação Duvidosa		(131.438,49)	494.021,96
Receita de Reversão da PECLD		465.037,37	1.292.638,73	Superávit Ajustado		60.656.042,04	55.365.179,62
Gratuidades Educacionais	16	(28.317.080,57)	(24.088.560,46)	(Aumento) Redução em Aplicações			
Gratuidades Educacionais - LC 187/21		(15.422.908,72)	(12.358.315,25)	Financeiras		(17.304.965,86)	(14.504.458,81)
Gratuidades Institucionais 100%		(6.352.425,32)	(5.473.317,94)	(Aumento) Redução em Anuidades a Receber		(221.625,46)	6.573,01
Gratuidades Institucionais Parciais		(687.613,90)	(566.112,70)	(Aumento) Redução em Estoques		(331.522,88)	(225.072,25)
Outras Bolsas de Estudo		(5.854.132,63)	(5.690.814,57)	(Aumento) Redução em Outros Créditos		(2.267.631,24)	(1.562.071,69)
Receita Bruta (-) Gratuidades		101.416.476,57	93.691.578,88	Aumento (Redução) em Fornecedores		413.219,33	(165.859,26)
Deduções da Receita de Educação		(69.220,05)	(92.346,85)	Aumento (Redução) em Obrigações com			
Cancelamentos e Devoluções de Anuidades		(69.220,05)	(81.324,28)	Empregados		659.396,99	785.525,28
Descontos Concedidos		-	(11.022,57)	Aumento (Redução) em Encargos Retidos		(21.160,70)	41.956,48
Receitas Atividades Extracurriculares		1.205.716,05	583.519,60	Aumento (Redução) em Provisões Trabalhistas		846.555,69	295.136,47
(-) Deduções da Receita		(1.192.472,55)	(1.085.063,99)	Aumento (Redução) em Receitas Antecipadas		(85,77)	(225.970,58)
(-) Custos da Atividade		(4.037.194,34)	(3.765.963,00)	Aumento (Redução) em Contas a Pagar		905,10	17.774,05
Total das Receitas da Educação		102.552.972,57	94.182.751,63	Aumento (Redução) em Outras Obrigações		127.379,94	(755.449,90)
(-) Custos dos Serviços Educacionais		(80.608.314,00)	(73.231.062,96)	Caixa Líquido Proveniente das		42.556.507,18	39.073.262,42
Custos com Pessoal e Encargos		(57.960.852,62)	(52.049.752,29)	Atividades Operacionais			
Custos com Pessoal Terceirizado		(3.236.497,64)	(2.764.309,93)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Custos com Material Didático		(1.522.314,62)	(905.356,88)	Aquisições do Imobilizado		(18.518.689,10)	(15.805.435,16)
Manutenção/Conservação		(6.038.564,87)	(6.444.992,86)	Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento		24.037.818,08	23.267.827,26
Utilidades e Serviços		(4.872.222,99)	(4.722.442,01)	Demonstração do aumento de Caixa e			
Seguros	17	(1.026.677,47)	(987.059,81)	Equivalentes de Caixa			
Depreciações e Amortizações		(4.240.494,69)	(3.565.707,30)	No início do exercício		178.144.624,26	154.876.797,00
Tributos e Taxas		(36.140,22)	(66.043,88)	No final do exercício		202.182.424,34	178.144.624,26
Benefícios Complementares - LC 187/21		(1.078.073,02)	(1.046.781,23)	Aumento Líquido de Caixa e		24.037.818,08	23.267.827,26
Custos c/PECLD		(596.475,86)	(798.616,77)	Equivalentes de Caixa			
Resultado da Educação		21.944.658,57	20.951.688,67				
Atividades Meio							
Alojamento		(814.074,89)	(370.791,39)				
Receitas		89.997,00	205.910,00				
(-) Custos/Despesas c/ Alojamento		(904.071,89)	(576.701,39)				
Cantinas Internas		366.997,24	867.561,05				
Receitas		12.378.874,68	12.713.490,67				
(-) Custos/Despesas c/Cantinas		(2.009.877,44)	(1.845.929,62)				
Resultado Atividades Meio		(447.077,65)	496.769,66				
(-) Despesas Administrativas		(9.145.368,57)	(8.617.153,44)				
Demais Receitas		5.205.946,96	4.375.927,61				
Aluguéis Imóveis		3.740.884,71	3.415.258,31				
Doações/Eventos		877.684,49	492.769,01				
Recuperações/Indenizações		20.653,51	195.940,85				
Taxas de Ocupação		566.724,25	271.959,44				
Alienações Patrimoniais		100.858,42	15.003,74				
Patrimoniais		110.000,00	30.000,00				

Parcelas da Educação Básica			
	2023	2022	
Creche	4.328.743,02	2.956.305,18	
Bolsistas Integrais (Não Pagantes) (=)	18.067.314,90	17.888.877,69	
Educação Infantil	6.298.766,51	6.850.853,85	
Ensino Fundamental I	3.211.786,44	2.768.201,00	
Ensino Fundamental II	2.837.876,20	2.690.224,00	
Ensino Médio	2.524.285,20	1.828.297,50	
Creche	1.922.593,17	1.806.997,17	
Técnico Profissionalizante	1.272.007,38	1.244.304,17	
16. As Gratuidades foram concedidas na forma da Lei Complementar			
187/2021, nos seguintes valores:			
2022:	R\$ 12.358.315,25	R\$ 11.714.702,44	
890 Bolsistas 100% LC 187/21	R\$ 11.598.355,75	R\$ 11.179.816,94	
109 Bolsistas 50% LC 187/21	R\$ 759.959,50	R\$ 534.885,50	
Foram concedidas 337 Bolsas Institucionais (Bolsas 100% - Convenção Coletiva) que totalizaram um valor de: R\$ 5.473.317,94.			
2023:	R\$ 15.422.908,72	R\$ 15.425.398,72	
886 Bolsistas 100% LC 187/21	R\$ 15.422.908,72	R\$ 15.425.398,72	
112 Bolsas 50% LC 187/21	R\$ 897.510,00	R\$ 897.510,00	
Foram concedidas 348 Bolsas Institucionais (Bolsas 100% - Convenção Coletiva) que totalizaram um valor de: R\$ 6.352.425,32. 16.1 Por força de Convenções Coletivas Estaduais, também foram concedidas Bolsas Institucionais Parciais. Ainda na forma da Lei Complementar No. 187/2021, os requisitos foram atendidos conforme abaixo:			
Lei Complementar nº 187/2021 Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017			
Educação Básica	6.768		
Alunos bolsa integral	311		
Alunos bolsa integral e com deficiência	7		
Bolsas bolsa integral e em tempo integral	568		
Número total de alunos com bolsa integral	886		
Outras bolsas integrais (b)	348		
Alunos inadimplentes (d)	65		
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	6.355		
Alunos bolsa parcial de 50%	112		
Número total de alunos com bolsa parcial de 50%	112		
Número total de Bolsas Integrais equivalentes	1.171		
Outras bolsas parciais	-		
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos com os benefícios complementares	R\$ 1.078.073,02		

Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis			
Irismar Sousa de Menezes - Diretora Presidente		Flávia Andressa Silva Nery - Técnica em Contabilidade CRC 1SP 219.395/0-4	
<p>As Administradoras e Conselheiras da Associação Educadora da Infância e Juventude - ASSEIJ São Paulo/SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Educadora da Infância e Juventude - ASSEIJ, que compreendem o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educadora da Infância e Juventude - ASSEIJ em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base de opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: No dia 22 de novembro de 2023 foi publicado no DOU o Decreto nº 11.791 de 21/11/2023 que passa a regular a Lei Complementar nº 187/2021. A ASSEIJ como instituição portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Educação deve observar seus critérios para manter sua condição de beneficente. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos no desenvolvimento da auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Responsabilidade da administração e da</p>			
<p>governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, con-</p>			



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.

As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>

A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

... **continuação** falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtenhos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação

em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras até aqui desconhecidas podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível

com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, sobre os aspectos de alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Novo Hamburgo, 11 de abril de 2024. **LR Consultoria e Auditoria Contábil Ltda. Auditora e Contadora** – CRC/RS nº 3.848 – CNAI/PJ nº 103. **Liliana Regina Ramos** – Contadora CRC/RS nº 47.590 – Auditora Independente CNAI nº 5.796 CPF nº 403.226.530-53

APDias Administração de Bens Ltda.

CNPJ/MF nº 36.023.132/0001-86 – NIRE 35.235.811.920

Ata de Resolução de Sócio Único

Às 11:00h do dia 03/07/2024, esteve presente na sede social da **APDias Administração de Bens Ltda.**, sociedade empresária limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob nº 36.023.132/0001-86, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.23581192.0, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jandiataba, nº 630, Bloco 1, conjunto 507, sala 05, CEP 05716-150, o sócio único, **André Pires Oliveira Dias**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 30.428.494-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 219.411.268-55, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Jau, Estado de São Paulo, na Rua Tenente Lopes, nº 579, Centro. Submetida à análise a ordem do dia, resolveu o sócio aprovar a redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$6.000.000,00, em razão deste afugurar-se excessivo em relação ao objeto social e aos investimentos detidos, com fundamento no Artigo 1082, inciso II, do Código Civil. Assim, restou aprovada a redução do capital no valor de R\$6.000.000,00, com a consequente redução, no mesmo montante, do valor nominal da quota detida pelo sócio único e a devolução desse valor a ele em moeda corrente nacional. Após o decurso do prazo de manifestação dos credores, previsto no artigo 1.084, § 1º do Código Civil, a presente ata será levada a registro na Junta Comercial competente, juntamente com a respectiva alteração de contrato social, implementando a redução de capital social aqui deliberada. Nada mais havendo a tratar, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelo sócio único. São Paulo, 03/07/2024. **André Pires Oliveira Dias**.

Potiguaras S.A.

CNPJ/MF nº 50.514.619/0001-92 – NIRE 35.300.614.445

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de julho de 2024

Data, Hora e Local: Aos 10 (dez) dias do mês de julho de 2024, às 10:00 horas, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-904. **Quórum de Instalação:** verificou-se a presença da totalidade dos Acionistas da Companhia, conforme assinaturas na lista de presença (**Anexo II**). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Srta. Helena Cardoso Cunha, que convidou o Sr. Nicolas Gutierrez Londono para secretariá-la. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (a) a lavratura da ata na forma de sumário, (b) a realização da redução de capital social, (c) o pagamento da devolução ao acionista **Fram Capital Larsen Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, (d) a consolidação do Estatuto Social e (e) a correspondência dos valores restituídos ao valor contábil dos referidos bens e direitos registrados no ativo da Companhia. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou por unanimidade, pela lavratura da presente ata na forma de sumário, e ainda: 1. Aprovaram por unanimidade a redução do capital social, por considerá-lo excessivo para a consecução dos fins sociais, com a devolução de participação no capital social aos acionistas da Companhia no valor de R\$ 283.465,46 sem o cancelamento de ações, proporcionalmente à participação dos acionistas no capital social. Desta forma, o Capital Social atual da Companhia passará de R\$ 2.060.205,74 para R\$ 1.776.740,28. 2. Aprovaram que o pagamento da devolução mencionada no item anterior, seja feito mediante cessão e transferência ao acionista **Fram Capital Larsen Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ 48.015.2320001-40, dos seguintes ativos de propriedade da Companhia: a) crédito de mútuo no valor de R\$ 283.465,46. 3. Aprovaram que o valor da referida restituição corresponda ao valor contábil dos referidos bens e direitos registrados no ativo da Companhia, na forma permitida pelo art. 22 da Lei nº 9.249/1995, ficando os Diretores da Sociedade autorizados a tomar as medidas necessárias ao implemento da operação. 4. Em virtude das deliberações mencionadas nos itens anteriores, deliberaram os acionistas que, após o transcurso do prazo de 60 dias contados da publicação da presente ata, a Companhia passará a atribuir nova redação ao Artigo 5º do Estatuto Social, que vigorará como segue: **"Artigo Quinto. O Capital Social é de R\$ 1.776.740,28, representado por 2.060.206 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas nesta data".** Finalmente, facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, declarou o Sr. Presidente da mesa, a suspensão dos trabalhos para lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, encerrando-se a Assembleia. [Confere com o original lavrado em livro próprio] São Paulo, 10/07/2024. **Helena Cardoso Cunha** – Presidente; **Nicolas Gutierrez Londono** – Secretário. **Acionista: Fram Capital Larsen Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.** Por sua Administradora, **FRAM Capital DTVM S.A.; Ariana Renata Pavan. Anexo I – Estatuto Social da Potiguaras S.A.** CNPJ 50.514.619/0001-92 NIRE: 35300614445. Assembleia Geral de Extraordinária realizada em 18/06/2024. **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo Primeiro. A Potiguaras S.A.,** é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A companhia tem sede e foro nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-904, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objeto social as atividades descritas pelas seguintes CNAES: a) 68.10-2-02 Aluguel de imóveis próprios; b) 35.12-1-00 Comércio atacadista de energia elétrica; c) 35.14-0-00 Distribuição de energia elétrica; d) 42.21-9-02 Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; e) 35.11-5-02 Atividades de coordenação e controle da operação de geração e transmissão de energia. **Artigo Quarto.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital. Artigo Quinto.** O capital social é de R\$ 1.776.740,28, representado por 2.060.206 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas nesta data. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo Segundo.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo Sétimo.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Primeiro.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo Oitavo.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono.** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicium", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único.** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro.** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo Décimo Segundo.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais. Artigo Décimo Terceiro.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Décimo Sexto.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Helena Cardoso Cunha** – Presidente da mesa e diretora; **Nicolas Gutierrez Londono** – Secretário da mesa e diretor.

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 01/07/2024, às 10hrs, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. Deliberações: (I) O aumento do capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 1.253.132,00, por meio da emissão de 12.531.320 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 cada, das quais: (a) 12.500.000 são ações ordinárias; e (b) 31.320 são ações preferenciais Classe A. Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 242.756.795,44, totalmente subscrito e integralizado para R\$ 244.009.927,44, dividido em 2.460.099.274 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.453.949.031 são ações ordinárias; e (b) 6.150.243 são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (**Anexos I e II**). Nada mais. JUCESP nº **282.181/24-6** em sessão de 19.07.2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 06.951.711/0001-28 – NIRE 35.300.315.723

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2023

Data, Hora e Local: 31/07/2023, às 9h00, na sede da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., na Avenida Paulista, nº 1.728, 12º andar, 13º andar (parte) e 14º andar (parte), Bela Vista, São Paulo-SP ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração. **Mesa:** Sr. **Eduardo Jose Lauria Neubern**, Presidente; e Sr. **Eduardo Wagner**, Secretário. **Ordem do Dia:** (i) a extensão dos mandatos dos atuais diretores da Companhia; e (ii) a celebração, pela Companhia, do Acordo Operacional e Outras Avenças e demais documentos da Parceria. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** 1 Em virtude da reforma do Estatuto Social aprovada nesta data, inclusive com criação dos novos cargos de Diretor Financeiro e Diretor de Operações, aprovar a extensão dos mandatos dos atuais Diretores, Srs. (i) **Mauro Wulkan**, RG nº 8.418.177-1, SSP/SP, CPF/MF nº 057.015.788-95, **Diretor Presidente;** e (ii) **Eduardo Wagner**, RG nº 23.189.823-X, SSP/SP, CPF/MF nº 088.088.618-80, **Diretor Vice-Presidente,** os quais passarão a ter mandatos de 2 anos, que se estenderão até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2025. Consignar que os cargos de Diretor(a) Financeiro(a) e Diretor(a) de Operações permanecerão vagos até a próxima reunião do Conselho de Administração. 2 A ratificação da celebração, nesta data, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Acordo Operacional e Outras Avenças, por meio do qual, dentre outras matérias, foram pactuados os termos e condições relacionados ao fornecimento, pelo Itaú Unibanco S.A. de crédito (funding) à Companhia, além de suas controladas e subsidiárias, tudo conforme estabelecido nos termos da versão assinada pela Companhia, conforme documento arquivado na sede da Companhia; e dos demais Contratos celebrados nesta data entre a Companhia e a TOTVS S.A.; e a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., no âmbito da Parceria (conforme definição estabelecida no Acordo Operacional). **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que foi lida, achada conforme e assinada pelos presentes. São Paulo, 31/07/2023. **Mesa: Eduardo Jose Lauria Neubern** – Presidente; **Eduardo Wagner** – Secretário. **Membros do Conselho de Administração: Eduardo Jose Lauria Neubern; Eduardo Wagner; Márcio Vieira da Costa Tupiassu; Flavio Pastrelli Kamada.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 336.128/23-0 em 17/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.3.0044666 6

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Estok Comércio e Representações S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 9º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 05/08/2024, às 15h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida José Cesar de Oliveira nº 21, Conjuntos 31, 32 e 33, Bloco III, Vila Leopoldina, CEP 05317-000, para deliberarem sobre: (i) a destituição de 1 membro efetivo do Conselho de Administração; e (ii) a eleição de 1 membro efetivo para o Conselho de Administração. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 11, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. São Paulo, 26/07/2024. **Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges**, Presidente do Conselho de Administração. (26, 27e 30/07/2024)

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,5222
Dólar (EUA) - 5,6402
Franco (Suíça) - 6,4079
Iene (Japão) - 0,03663
Libra (Inglaterra) - 7,2668
Peso (Argentina) - 0,006078

Peso (Chile) - 0,005967
Peso (México) - 0,3074
Peso (Uruguai) - 0,1402
Yuan (China) - 0,78
Rublo (Rússia) - 0,06636
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1264

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,6396 / R\$ 5,6402 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,6453 / R\$ 5,6473 *
Turismo - R\$ 5,6790 /
R\$ 5,8590

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,16%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,37%

Pontos: 125.954

Volume financeiro:

R\$ 17,589 bilhões

Maiores altas: Locaweb ON (3,01%), Renner ON (2,41%), Usiminas PNA (2,10%)

Maiores baixas: Vamos ON (-3,55%), Carrefour ON (-2,92%), Petrorecon-cavo ON (-2,82%)

S&P 500 (Nova York): -0,51%

Dow Jones (Nova York): 0,2%

Nasdaq (Nova York): -0,93%

CAC 40 (Paris): -1,15%

Dax 30 (Frankfurt): -0,48%

Financial 100 (Londres): 0,4%

Nikkei 225 (Tóquio): -3,28%

Hang Seng (Hong Kong): -1,77%

Shanghai Composite (Xangai): -0,52%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,55%

Merval (Buenos Aires): -3,27%

IPC (México): -0,44%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Abril 2024: 0,38%

Mai 2024: 0,46%

Junho 2024: 0,21%

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Nestlé registra lucro líquido de US\$ 6,33 bilhões no 1º semestre de 2024



A multinacional suíça de alimentos e bebidas Nestlé informou nesta quinta-feira, 25, que obteve lucro líquido de 5,6 bilhões de francos suíços (cerca de US\$ 6,33 bilhões) no primeiro semestre deste ano. O resultado ficou estável ante o obtido nos seis primeiros meses do ano passado. Ainda assim, a expectativa era de lucro líquido de 5,76 bilhões de francos suíços, segundo consenso compilado pela empresa. O lucro básico por ação aumentou 3,3% em moeda constante, mas caiu 1% em uma base reportada, para 2,40 francos suíços. O lucro por ação aumentou 1,8%, para 2,16 francos suíços. Na bolsa suíça, as

ações recuavam 4,77% por volta das 8h15 (de Brasília). As vendas somaram 45 bilhões de francos suíços (US\$ 50,9 bilhões) nos seis primeiros meses do ano, recuo de 2,7% ante US\$ 46,29 bilhões um ano antes. De acordo com dados compilados pela empresa, a expectativa era por um valor de 45,31 bilhões de francos suíços em vendas. O crescimento interno real (RIG) – principal medida de volume de vendas da empresa – foi de 0,1%, enquanto analistas esperavam queda de 0,5%. A variação dos preços ficou em 2%, ante 3% esperados. Assim como outros pares, a Nestlé aumentou seus preços nos últimos anos para

repassar os custos mais altos, desde ingredientes até logística, que aumentaram em meio a um período de inflação sem precedentes. A empresa elevou os preços em uma média de 7,5% no ano passado, mas começou a diminuir o ritmo no início deste ano, à medida que as pressões diminuam e após reconhecer que consumidores em dificuldades haviam migrado para marcas mais em conta. Por região, a Nestlé registrou crescimento orgânico na Europa (1,3%) e em mercados emergentes, como China (2,9%) e América Latina (0,1%), enquanto houve recuo na América do Norte (-1,5%) e estabilidade na região que compreende Ásia, Oceania e África.

IstoéDinheiro

Companhias aéreas Flybondi e Jetsmart avaliam expandir operação no Brasil



As companhias aéreas Flybondi e Jetsmart estão mirando o Brasil como um dos principais destinos para voos nos próximos meses, buscando expandir rotas conforme o mercado se abre, disseram executivos de ambas as empresas. A chilena Jetsmart, que atualmente opera nove rotas dentro e fora do Brasil, vê o país como um “mercado instrumental” para suas operações, segundo Ortiz. “É verdade que falta no Brasil uma linha aérea ultra ‘low-cost’? Provavelmente”, afirmou o presidente-executivo, Estuardo Ortiz, a jornalistas nesta quinta-feira.

A rival argentina Flybondi também está considerando expansões de rotas no Brasil, disse à Reuters o presidente-executivo, Mauricio Sana,

Executivas negras lançam videocast para inspirar novas gerações

Quatro executivas negras discutem os desafios do mercado de trabalho e compartilham suas histórias de vida e de sucesso para inspirar e se conectar com outras mulheres, criando novas referências sobre liderança. Essa é uma forma de resumir os objetivos do videocast Líderes Brasileiras: O Negócio Delas, lançado nesta quinta-feira, 25. Mas a iniciativa vai além.

A partir de oito episódios disponíveis no YouTube e em plataformas de streaming de áudio (Spotify, Deezer) a partir do dia 31, o videocast conduzido por Samantha Almeida, Viviane Duarte, Raquel Virginia e Helena Bertho compartilha conhecimentos profissionais e pessoais para que outras mulheres, especialmente as negras, conquistem seus espaços no mercado de trabalho. É uma iniciativa de empoderamento femini-

no e representatividade. Elas foram as primeiras em várias ações, mas certamente muitas outras virão.

A data de lançamento do videocast é emblemática para mulheres negras – hoje é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. As mulheres negras compõem a maior parte da população brasileira: são 60 milhões (28,5% do total), segundo o IBGE. E também o maior grupo em idade ativa no país: 48,3 milhões (28,4%). Por outro lado, representam 3% dos líderes nas empresas, segundo levantamento da consultoria Gestão Kairós. O projeto procura se aproximar de mulheres que estão buscando referências no mundo corporativo e desenvolvimento profissional. O primeiro episódio, intitulado “Socorro, virei chefe!”, contará com a participação da publicitária Raphaela Martins como convidada especial.

IstoéDinheiro



em entrevista na quarta-feira.

Nos últimos meses, a Argentina assinou uma série de acordos de “céus abertos” com outros países. O tratado com o Brasil aumenta o número de frequências de voos permitidas. Com o Chile e o Uruguai, por outro lado, permite a operação de voos domésticos na Argentina pelas companhias aéreas desses países, e vice-versa.

“O acordo firmado com o Brasil é de frequências, de aumentar a quantidade de frequências, e portanto ainda não tem (o direito de operar voos domésticos). Esse é um tema interessante, porque o governo (argentino) quer executá-lo”, disse uma fonte da Flybondi.

Uma fonte da secretaria de transportes da Argentina confirmou esperar que um acordo

desse tipo possa ser assinado. “(O Brasil) não tem companhias aéreas de baixo custo, tem a Gol e a Azul, que não são ‘low cost’”, disse a fonte da Flybondi. “Têm tarifas caríssimas e falta muita conectividade.” A fonte acrescentou que a Flybondi está avaliando a possibilidade de operar voos domésticos no Brasil.

A Jetsmart, por sua vez, está se concentrando no momento “unicamente em voos internacionais”, disse Ortiz.

O executivo também disse que as regulações no Brasil, como proteções rigorosas ao consumidor e uma proposta para incluir automaticamente o preço da bagagem nos custos das passagens, afetaram a “viabilidade” de operar no país, além dos custos elevados do combustível de aviação.

IstoéDinheiro